

A BATALHA



Suplemento semanal — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

Editor: Alberto Dias

Administrador: Domingos Afonso Ribeiro

Propriedade da COMIS-
SÃO INTER-FEDERAL

Séde provisória:

Calçada Castelo Branco Saraiva, 42

Officinas: Rua da Atalaia, 114

Toda a correspondência para o APARTADO

N.º 329 — Lisboa

Número avulso \$30

A QUESTÃO DOS SALÁRIOS

A questão dos salários é das mais importantes num país, onde, como no nosso, eles são insuficientes e, para mais, diferentes de região para região e, até, dentro de uma dada localidade.

Esta questão tem dois aspectos: o que se relaciona com a existência deles e o que, sob o ponto de vista económico, exige uma nivelção.

O primeiro aspecto não exige muitas demonstrações para se chegar à conclusão de que os salários não podem continuar a ser tão baixos. No nosso país está demonstrado que a crise de trabalho se deve a uma insuficiência de consumo. Os trabalhadores, a quasi totalidade do público consumidor, não têm salários correspondentes às suas necessidades mais elementares. Eles restringem até — e sabemos-lo todos — determinados géneros de alimentação, quando não podem, de todo, dispensá-los. Assim, compreender-se há que é impossível aumentar a produção sem aumentar, antes, a capacidade de compra pelo aumento de salários.

O outro aspecto, não menos importante, tem em seu favor um sem número de factores que deviam ser objecto duma atenção cuidada.

Sabemos todos como os salários são diferentes de localidade para localidade, de região para região. Um bom exemplo disso temos-lo na diferença dos salários no norte e no sul. Ali são inferiores aos de cá e, por isso, o mercado do Sul ali se abastece, porque encontra vantagens de preço. Nota-se, até, no Norte, um maior desenvolvimento industrial que no Sul, atribuído, de há muito, às possibilidades de mão de obra mais em conta.

Verificar-se há, com facilidade, quanto este facto prejudica os trabalhadores duma e doutra região. Os do Norte, porque a sua vida é, assim, mais difícil, por menos remunerado o seu esforço e por mais sobrecarregados com trabalho; os do Sul, porque se vêm sem trabalho, devido à concorrência do Norte.

Estes factos por si só — não contamos com os casos de ordem internacional, com os factores menos gerais e outros de ordem moral — justificam uma luta intensa pela unificação de salários. Mas não tenhamos ilusões. Essa unificação se não é impossível, torna-se difícil num momento, como o actual, inconsistente. Portanto impõe-se que, como ponto de apoio e objectivo imediato, os trabalhadores, agrupados nos seus sindicatos, pu-

guem pelo salário mínimo, lutando por que desapareçam as condições de salário actual, só beneficiando capitalistas, como o português, sequeiros de lucros imediatos.

Esta questão dos salários está preocupando algumas das classes de Lisboa. O Sindicato da Construção Civil, por exemplo, está realizando trabalhos, tendentes a conseguir uma nivelção de salários, pela fixação dum salário mínimo sem prejuízo dos salários que vão além, na actualidade, dessa base. As suas secções estudaram o assunto e apresentaram, mesmo, reclamações, nesse sentido, ao patronato.

E' bom que outros organismos sindicais, sobre tudo os mais atingidos pela crise, se preocupem, também, com o assunto, estudando-o e apresentando as suas reclamações. Convém, porém — para efeito duma uniformidade nas reclamações e duma concordância de actividades — que elas, depois de estudadas, convirjam para os organismos coordenadores, afim de eles prepararem os necessários pontos de apoio.

Em Espanha

A actividade da C. N. T.

Barcelona (Espanha) — A C. N. T. desde que retomou a sua actividade, doutros tempos, não tem deixado, um momento sequer, de realizar algo pela libertação dos presos sociais. Nos seus jornais e em comícios públicos, a pena e a voz dos seus autorizados militantes têm verberado a atitude do governo. Este pondo em liberdade os presos políticos, deveria proceder da mesma maneira com os presos sociais, visto ambas as denominações se referirem a indivíduos de ideologia diferente, mas presos pelo mesmo motivo. Não é, portanto, justo que ainda permaneçam nas prisões indivíduos acusados do mesmo crime que o doutros, já postos em liberdade.

A campanha continua.

NA ROMANIA

O movimento operário tende a desenvolver-se

Há já algum tempo que a A. I. T. troca correspondência com camaradas de Cernowitz (antiga provincia de Bukovine na velha Austria).

Em Cernowitz havia grupos de jovens anarquistas que em relação ao movimento operário se pronunciavam pelos sindicatos anarco-sindicalistas.

Espera-se que estes grupos ingressem em breve na A. I. T., porque reconhecem os seus princípios e esta Internacional aceita a adesão das organizações de propaganda sindicalista revolucionária nos países, onde não existe uma Central sua aderente.

PARADOXOS

O trabalho na concepção dos artistas

É frequente ouvir-se dissertar alguém sobre arte e, mais frequente é, encontrar nalguma exposição artistica ou nalguma revista de arte, trabalhos artisticos de reconhecido mérito. Não quer isto dizer, pelo que respeita a Portugal, que tenhamos por aí portentosos talentos, embora seja relativamente fácil encontrar sojriveis artistas da forma.

Mas não foi para isto que pensei nesta crónica.

Uma coisa que me fere a sensibilidade, que me detem e obriga a pensar, é o facto de quando representam o trabalho, os artistas, quasi que sem excepções destoantes, o imaginam numa figura hercúlea de homem, de martelo ao ombro, corpo apolíneo, olhar firme e em frente, avançando decidido, forte, altivo. Chega a dar a ilusão de que a actual organização social, na verdade, concorre, com condições de trabalho impediáveis, para o fortalecimento da espécie, que nas oficinas há um ambiente de severo branco de laboratório, onde os trabalhadores repousam e são observados, com atenção meticolosa, não vá algum deles descuidar-se e desmanchar esse grandioso conjunto de homens belamente fortes, dos quais ao artista um serviu de modelo.

Esta visão saudável do trabalho — visão-cópia de modelos, de assombrosa plástica, da antiguidade — é invariável. Com esta ou aquela técnica, aplicando este ou aquele modismo, encontra-se, em toda a parte, revelando escassos dotes de observação, inexistência de cultura histórica e social.

E porque sucede isto? Porque — quer parecer-me — a personalidade do artista, formada no ritmo dos movimentos e na beleza plástica das atitudes, se deforma quando aplaina as dificuldades dum género que é um pouco diferente do que lhe é usual. A noção da forma, do desenho cheio de harmonia e de cor dum corpo nu, leva o artista a supor de insuficiente execução a sua obra e, assim, a quasi certeza da impossibilidade de atingir o cume, desgosta-o e deforma-lhe a vida que observa.

Temas há que pela sua natureza, não podem ser tratados por esses artistas. São realidades, bocados da vida, relances de torturante esvair de energia e, por isso, exigindo uma plasticização diferente. O trabalho está nesse caso. Não pode servir de fundo para realização do sonho dum artista com essas preocupações. A dolorosa realidade da sua execução, a fealdade da vida dos que trabalham, repugnar-lhes-ia! E, a esses factos, devemos atribuir, talvez, o trabalho «de martelo ao ombro, corpo apolíneo, olhar firme e em frente, avançando decidido, forte altivo».

O. do Carmo

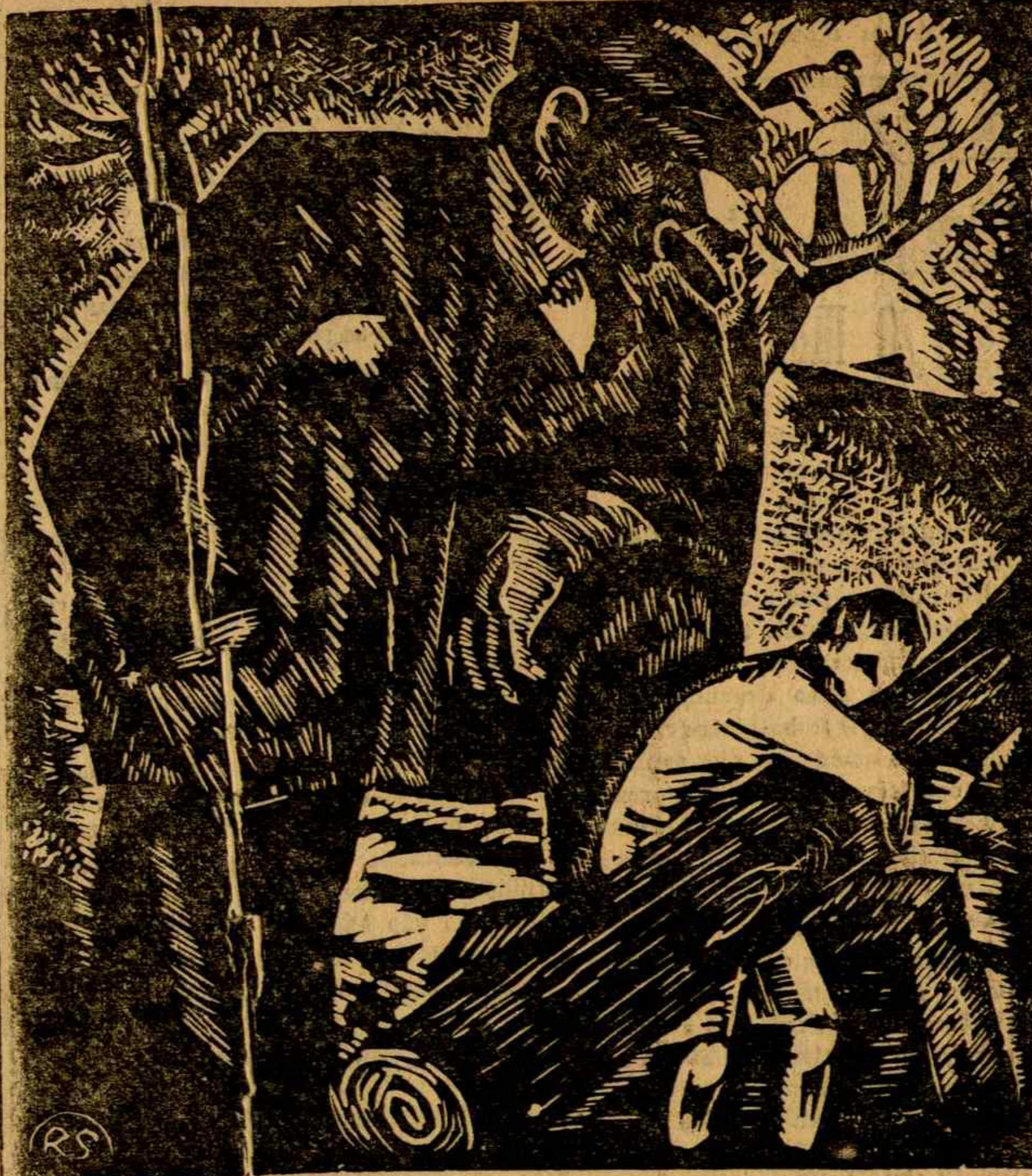
Na Bulgária

Uma reviste que desaparece

Por causa das perseguições teve de desaparecer a revista semanal O Sindicalista em lingua búlgara, de que era editor o camarada Wassleff, correspondente da A. I. T. na Bulgária.

Neste país há grupos de camaradas anarco-sindicalistas que têm influencia nas organizações dos operários dos tabacos e construção civil.

Este número foi visado pela Comissão de Censura.



O BURGUES — Trabalha, mandrião!

NA POLÓNIA

Como foi prestada solidariedade a dois revolucionários

Informam-nos da Polónia sobre um caso que põe em relevo o valor da «solidariedade revolucionária» dos comunistas com relação a operários revolucionários, que não compartilhem das suas teorias.

Dois nossos camaradas, Gan Umanski, de 21 anos, e Hirschs Weidling, de 24 anos, foram detidos em 1929 por serem membros da Federação Anarquista da Polónia, acusados de alta traição e condenados logo a cinco e quatro anos de prisão, respectivamente. Até há pouco Umanski vinha cumprindo sua pena no cárcere de Tarnow e Weidling no de Cracóvia.

Ultimamente os dois revolucionários foram transferidos para o cárcere de Tesche, Silésia, ficando numa cela juntamente com os presos comunistas. Esses camaradas dirigiram-se imediatamente ao conselho da comuna do cárcere, expressando o seu desejo de pertencer a ela. Mas receberam uma resposta que os deixou estupefactos. Esta dizia:

«Os anarquistas não são presos políticos e, portanto, não podem ser membros da comuna».

Graças à «solidariedade revolucionária» dos comunistas foram os nossos camaradas colocados à margem dos demais presos políticos e entregues à arbitrariedade da administração do cárcere.

Esta acção dos comunistas, encarcerados em Tesche, é uma mancha vergonhosa que cai sobre todo o movimento comunista polaco, é um caso sem precedentes na história do movimento revolucionário de todos os tempos. A «comuna» do cárcere, que devia ser uma instituição de apoio mútuo para todos os presos políticos-sociais, foi convertida num feudo dos chefes comunistas.

A negativa do mais elementar dever de solidariedade, por parte deles, a homens, que, pela sua actuação revolucionária, tinham sido condenados pelo governo fascista da Polónia, mostra bem os métodos de luta dos bolchevistas.

A sua acção em Tesche produzirá, sem dúvida, um asco invencível e será condenada por todos os trabalhadores e revolucionários sinceros.

O Estado na concepção marxista e a sua influência na realidade social

Na bibliografia marxista, referente ao problema do Estado, verifica-se esta coisa paradoxal: os homens que sistematicamente blasonam de práticos e concretos, e cujos escritos são, em geral, recamados de frases pomposas e de preparado efeito, empregam, quando discutem este problema básico, o método dialectico, tão falso que a ciência o põe de parte.

Assim, toda a sua vasta dialectica que, por vezes, chega a desnaturalizar a própria feição das coisas, em proveito dos seus objectivos políticos, os marxistas só contribuem para embaralhar tais assuntos. Estes, para serem apreendidos pelas grandes camadas do proletariado, a quem interessam, devem ser claros e positivos.

As organizações de defesa do proletariado, assim como os seus processos de luta expropriadora, tem que ser, pois, modeladas na sua própria ideologia específica.

A sua base é uma e indivisível e a sua moral assentará, sempre, sobre os mesmos fundamentos.

J. F. Moedas

O aparecimento de A BATALHA

Ao pensarmos na publicação de *A Batalha*, não tínhamos a menor dúvida quanto ao modo como ela seria recebida pelo proletariado e até mesmo por muitos dos homens, que, não sendo operários manuais, acompanham com interesse e simpatia o movimento das massas escravizadas.

Nós de antemão sabíamos que *A Batalha* seria bem recebida... Mas a verdade é que essa recepção excedeu toda a nossa expectativa. Apesar dos milhares de exemplares tirados e tanto quanto possível espalhados por toda a parte houve muito quem quisesse adquirir o modesto semanário e já não o encontramos.

Este facto demonstra a viva simpatia de todos para com *A Batalha* e é para nós motivo de satisfação e júbilo, animando-nos a prosseguir intemperatamente na iniciativa, que, sendo necessário, é também feliz.

É que se tem atravessado um já longo período de forçada inactividade, quando, por outro lado, as condições económicas dos trabalhadores, se têm agravado extraordinariamente, e todos sentem que algo é preciso fazer-se para se sair desta modorra e procurar melhorar as condições de vida.

O indiferentismo pelo que se passa em nosso derredor com essa mortal resignação, com a miséria cruciante que dia a dia invade os lares dos trabalhadores não podiam manter-se indefinidamente.

A sua organização, em parte abandonada e que noutros tempos, não muito distantes, foi pujante de vitalidade como somatório de energias vivificadoras, em permanente ebulição, tem que voltar ao ponto de partida, limpa de excrecências políticas e do vírus autoritário.

O vivo interesse pela leitura de *A Batalha* é um sintoma revelador daquele desejo e ninguém tem o direito de o contrariar se não quer favorecer as coisas da injustiça que pesa sobre os trabalhadores, e os mantém na miséria e na ignorância dos seus direitos.

Respirando-se agora um pouco mais, seria um crime a manutenção do indiferentismo mais ou menos acomodaticio de todos os

que noutros tempos deram à organização e à propaganda o melhor dos seus esforços e que cautelosamente se furtaram ao trabalho de agir.

Esse abandono deveria reflectir-se nas federações, locais e nacionais, e por via de regra na Central do operariado português.

Ora, não há vida sem movimento e o movimento manifesta-se andando. «Barco parado não faz viagem» — diz o povo. E nós, os trabalhadores, temos uma longa viagem a fazer, viagem não isenta de escolhos, por vezes mesmo bem penosa, mas que temos de aceitar tal como se apresenta se queremos ser homens de evolução.

Temos aspirações de liberdade e de aperfeiçoamento e temos necessidades a satisfazer, umas no futuro e outras a satisfazer desde já. Sem esforço, sem preparação, sem organização não satisfaremos umas nem outras. É intuitivo. Mas, exactamente porque assim é, é que ninguém de boa vontade poderá eximir-se a prestar a todos os trabalhos necessários à reorganização dos quadros sindicais, o seu esforço e a sua inteligência.

Em muitos casos será necessário voltar ao A B C da propaganda e reabrir novos caboucos para o edifício que é necessário construir. Noutros bastará que os elementos de pensamento e acção voltem a reunir-se para consertarem o esforço na realização da obra comum. Noutros, ainda, será necessário fazer trabalho de elucidação destinado a aclarar confusas situações, destrair erros desfares ilusões, restabelecendo-se verdades que andam envoltas em nuvens expensas do pó confusionista, adrede preparado com fins falaciosos de quem quer utilizar-se do proletariado para o dom.

Emfim, há um imenso trabalho a realizar. A maneira como foi recebida *A Batalha*, entre outras vantagens, trouxe-nos aquela de podermos conhecer, quasi de palpar, a boa disposição dos trabalhadores em retornar aos belos tempos da acção intensa, eficaz e duradoura da organização sindicalista.

NA ARGENTINA

Os trabalhadores movem-se pela jornada de seis horas

A crise de trabalho, que antes parecia ser uma manifestação exclusiva dos países de capitalismo muito desenvolvido, tem penetrado, também, nos países agrários latino-americanos.

Estes países eram considerados, até há pouco, como países de imigração. O facto de hoje a crise de trabalho se estender a eles, de maneira inquietante, demonstra a gravidade da actual crise mundial do capitalismo. Argentina, Uruguai, Chile, Cuba e México têm verdadeiros exércitos de desempregados.

Por isso a luta pela jornada de seis horas deve converter-se numa ordem mundial para o proletariado.

A F. O. R. A., a organização operária da Argentina de mais força, desenvolve, actualmente, uma grande actividade por esta reivindicação, cada vez mais indispensável.

O governo argentino tinha reconhecido, legalmente, não há muito, a jornada de oito horas. Esta lei não fôra mais que uma confirmação da jornada de trabalho, conquistada há muito tempo pela acção directa da classe trabalhadora argentina. Assim, esse facto, não atenuará a presente crise de trabalho.

A organização argentina, contrapõe a este gesto do governo, uma intensificação da sua propaganda em prol da jornada de seis horas.

Segundo lemos em *La Protesta*, vários sindicatos estão fazendo preparativos para a conquista prática de seis horas, encontrando-se à frente deste movimento de actividade os sindicatos de tipógrafos e metalúrgicos de Buenos Aires.

Este exemplo dos nossos camaradas argentinos deve ser secundado internacionalmente, por todo o operariado, se deveras ele quer combater os estragos da racionalização da indústria capitalista e arrancar o proletariado da miséria, da paralização forçada.

A BATALHA

CONDIÇÕES DE ASSINATURA:

CONTINENTE e ILHAS:	
Série de 10 números.....	3\$00
ÁFRICA:	
Série de 10 números.....	4\$00
ESTRANGEIRO:	
Série de 10 números.....	5\$00

Pagamento adiantado

Toda a correspondência deve ser enviada para o APARTADO n.º 329.

—Não compreendeis porque na sociedade onde viveis se não acredita na perfectibilidade humana pela instrução e para a felicidade. Lá se dá propositadamente insuficiente a uns para serem dominados e se faz monopólio do ensino para os ricos que se preparam para subjugamento da massa ignara. Às vezes gritam contra o analfabetismo; mas no fundo receiam que o povo saiba ler sequer.

—Enfim tenho tempo de ver se não é superficial essa beatitude de que gosais.

Fábio Luz

A organização operária tem na «Vanguarda Operária» o seu porta-voz no Norte.

TRECHO ESCOLHIDO

O trabalho intelectual e manual

Amélia ficara espantada do modo modesto da vida daquela gente, toda ela ocupada em serviços pesados, quando tinham bastante para viver ociosos.

—O desideratum de todos que ela conhecia, não era gosar sem trabalhar? Como se sujeitava esta gente a trabalhar em comum com a gentilha, transformados em obreiros, cada um preocupado com a sua tarefa, como se disso dependesse o pão de cada dia? O trabalho era coisa assim atraente? Não acreditava que assim fosse!

Fôra operária e o seu maior prazer era gosar bem os domingos, dormir até altas horas da manhã, desferrar-se dos dias interiores extenuantes, mal alimentada e mal remunerada.

—Qual o salário que deviam vencer aqueles, todos intelectuais, pelo seu trabalho?

Deveriam ter maiores lucros e remuneração, sendo o trabalho mental um esforço mais nobre e mais elevado.

A esta pergunta que formulou respondeu ela mesma:

—Não há aqui diferenciação entre o género de trabalho. O trabalho intelectual é

o esforço de um órgão, com seus auxiliares, assim como o trabalho muscular. Ambos dependem da influência nervosa do cérebro, ambos produzem gastos iguais na economia animal. São, pois, equivalentes e a remuneração que se lhe dá é o direito comum de viver conforme as suas necessidades.

—Então quem trabalha não tem aqui remuneração, não tem direito ao salário?

—Não. Todos aqui são iguais, e cada um gosa o produto do seu trabalho na satisfação dos seus desejos. Tudo lhes é fornecido porque tudo é resultado da sua cooperação na obra comum da abundância geral.

—Não compreendo como se possa viver assim sem estímulo para subir, para aparecer, para trabalhar.

—Que maior estímulo do que o bem geral, a felicidade perfeita, a manutenção firme e eterna do que existe, sem as preocupações do amanhã doloroso, nem necessitar prever e prover o futuro dos filhos e sua educação, certos todos de que a comunidade se encarregará de todos, neste regime em que não há órfãos nem desprotegidos, porque todos são filhos da mesma casa e a fortuna comum lhes pertence, como aos outros?

—Não chego a compreender essas coisas que são por por demais fantásticas. Como se pode admitir uma sociedade sem governo, revogadas todas as leis da natureza e as leis de Deus, onde não há superiores e inferiores — soberanos e subditos.

O "COLOSSO DE PÉS DE BARRO"

O V Congresso da Internacional de Amsterdam marcou nitidamente a sua posição reformista

"No seio da classe operária, declarou Cook, predomina a opinião de que a F. S. I. é dirigida pela Repartição Internacional do Trabalho"

Nos dias 7 a 11 de Julho deste ano teve lugar, em Estocolmo, o V Congresso da Federação Sindical Internacional (Amsterdam).

Nós não depositámos nenhuma confiança em tal Congresso. E não encontramos, depois dele realizado, motivos que condenassem a nossa descrença, porque, digamo-lo com toda a clareza, o V Congresso da Federação Sindical Internacional foi um retrocesso, em todos os domínios da luta de classes do proletariado.

Todos os acordos estabelecidos no Congresso levam, em relação aos anteriores acordos da F. S. I., o selo do reformismo. O Congresso de Estocolmo marca, por assim dizer, uma transição para o movimento reformista internacional. Se até ao presente, no programa de acção da F. S. I., ficava, ainda, algo dos acordos revolucionários do período da revolução europeia, o Congresso de Estocolmo apagou-o, numa vez para sempre.

A guerra geral, como meio de resistência à guerra, foi abandonada e substituída pela «condenação governamental da guerra». A finalidade socialista é substituída pelo novo programa económico elaborado pelo social-democrata alemão Leipart, no qual se prevê a colaboração com o capitalismo em todas as fases. A acção imediata da classe trabalhadora, por melhorias económicas, é suprida por um programa político-social, apresentado pelo belga Mertens; a chamada legislação social e a colaboração no

Bureau Internacional do Trabalho é colocado no lugar da luta sindical, que na greve e na resistência passiva tinha encontrado até aqui, a sua arma mais eficaz. A colaboração com os partidos parlamentares e com a Internacional Operária Socialista foi elevada à categoria de sistema. Com este movimento sindical reformista, o operariado entrega-se, completamente, à sociedade capitalista.

No Congresso estiveram representados 22 organizações nacionais, com cerca de 13 milhões e meio de sindicalizados. A F. S. I. possui hoje, na Europa, quasi, em todos os países, organizações aderentes.

Exceptuam-se Noruega e a Finlândia, onde as organizações sindicais não estão aderentes a Amsterdam, por lhes parecer demasiado reformista. Tampouco nos dois países clássicos da ditadura, Rússia e Itália, não existem, hoje, secções da F. S. I. Em compensação, nos países não europeus, a F. S. I. não possui mais, que uma débil representação.

Nem na América, nem na Ásia têm os reformistas núcleos de importância.

A pesar de tudo, F. S. I. não deixa de ser a maior organização proletária do mundo. Treze milhões e meio de operários concentrados numa organização.

Mas, na realidade, o movimento sindical reformista é hoje, impotente, um «colosso de pés de barro», como

se expressava, acertadamente o diário burguês *Dagens Nyheter* em Estocolmo, quando se referiu ao Congresso que, agora, comentamos.

O representante da Federação Mineira inglesa, A. J. Cook, disse uma verdade amarga ao manifestar-se ante o Congresso: que dentro, mesmo, do seio da classe operária predomina a opinião de que a F. S. I. é dirigida pela Repartição Internacional do Trabalho de Génova. A presença do director desta Repartição, Albert Thomas, no Congresso, era um facto confirmando tal opinião. As resoluções adoptadas no Congresso estão de acordo com a política da Repartição Internacional do Trabalho e da Sociedade das Nações burguesa e capitalista. A colaboração com o capitalismo e com os sindicatos fascistas e católicos, como muito bem observou Cook, parece à F. S. I. mais importante que a colaboração com organizações operárias partidárias da luta revolucionária.

Os pontos tratados no Congresso foram: Elaboração dum programa económico da F. S. I.; Determinação de um programa político-social; posição a adoptar ante o desarmamento e os pactos de paz; Atitude com re-

lação ao movimento sindical dos países sem democracia.

Seria tarefa fácil demonstrar que o caminho da F. S. I. não conduz ao socialismo, senão à afirmação e sustento do actual sistema capitalista. Mas temos que limitar-nos. Assinalaremos unicamente alguns aspectos desse desvio.

No seu programa da política económica da F. S. I. pede Leipart um *contrôle* amplo e direito de resolução em todas as questões sociais para a colectividade e, especialmente, para os «trabalhadores». O *contrôle* sobre a actuação dos *trusts* e *cartels* nacionais e internacionais, mediante a participação dos sindicatos em governos e parlamentos económicos e, finalmente, na Sociedade das Nações. Tal é caminho assinalado por Leipart e seguido pelo congresso. Pedir-se há «uma Repartição Económica Internacional, que no domínio da política económica actue da mesma forma que a Repartição Internacional do Trabalho no campo da política social.»

Quere comprimir-se o capitalismo privado por meio do «fomento da economia pública» e de «empresas próprias» dos trabalhadores.

(Continúa na 6.ª página)

PELA CARRIS

O PESSOAL DA CARRIS RECLAMA

o cumprimento da jornada de 8 horas, aumento de salários e o estabelecimento de medidas defensivas

A crise não se manifesta em todas as profissões da mesma maneira. No pessoal da Carris, por exemplo, não pode, na verdade, haver crise de trabalho. Que há, então, lá que origine reclamações da classe? «Condições de trabalho que o pessoal não pode suportar sem prejuízo para si e para os seus». E com esta resposta um camarada nosso, empregado na Carris, iniciou as suas declarações para *A Batalha*.

Em seguida, informou-nos que já tinham pedido à companhia um aumento de salário de 25 %. «Não se assuste o público, acrescenta, julgando que a nossa reclamação irá provocar um aumento nas tarifas. Não. Não vai. A nossa reclamação tem por base possibilidades financeiras da companhia, sem ter que aumentar o preço dos bilhetes. Bem sabemos que quem não conhece as nossas condições de trabalho, suporá que temos bons ordenados. Mas a realidade é que os nossos ordenados são péssimos. Succede, por vezes, tirarmos um salário razoável. Mas para o conseguirmos temos de trabalhar muito mais que as 8 horas, algumas vezes, com descansos de duração não superior a um quarto de hora.

Reclamamos, ainda—continua—o cumprimento da jornada de 8 horas, devendo as escalas de serviço ser organizadas de maneira a que o descanso entre os períodos de trabalho, seja normal e suficiente para comer e folgar um pouco. Succede, na actual organização das escalas, termos, por vezes, descansos de 4 e 5 horas, quando chega a suceder não termos mais que um quarto de hora, o tempo bastante de mudarmos de serviço. Esta nossa reclamação tem, ainda, um efeito moral. Atendida obrigará a companhia a admitir muito mais pessoal. Não trabalhando o actualmente, em serviço mais que 8 horas a companhia não poderá manter as suas carreiras sem mais pessoal. Como vê isso concorreria para atenuar a enorme crise de trabalho. Temos mais reclamações a fazer. Uma, a que ligamos grande importância, refere-se ao fardamento. Como se pode, facilmente, imaginar, é insuportável, no verão, o actual fato. Além de ser pesa-

díssimo, permite a acumulação de imundiciés, dificultando-nos, ainda, os movimentos, quando trabalhamos. Desejamos que a Companhia forneça, no verão, um fardamento mais leve. Com o fato actual é que é impossível conservar a limpeza que a Companhia exige e que nós desejamos. Ainda desejamos ver abolido determinado contracto de trabalho, que a Companhia faz assinar aos que são admitidos ao seu serviço, sem que, ao menos, permita a sua leitura. Succede que a quasi totalidade do pessoal o não conhece, o que não é admissível. Desejamos, também, ser ouvidos quando nos apliquem multas. Hoje succede que qualquer empregado superior nos pode aplicar uma multa, sem que, ao menos, nos consigam uma explicação ou desmentido testemunhado. Pelo motivo mais insignificante nos multam e, compreender-se-há, que temos o direito de exigir para sermos ouvidos e podermos, ao menos, dar explicações.

Queremos, afinal, que nos sejam asseguradas condições de trabalho mais suportáveis».

NA BÉLGICA

Pela libertação de Chezzi

O «Comité» do Direito de Asilo de Bruxelas convidou o secretário correspondente de A. I. T. para participar como orador num *meeting* de protesto em Bruxelas a fim de reclamar a libertação do camarada Ghezzi das garras da Tcheka (G. P. U.) russa. O «meeting» realizou-se a 28 de julho pelas oito horas. Além do secretário da A. I. T. fizeram uso da palavra os camaradas Juhel (C. G. T. Sindicalista Revolucionária de França), Ernest de Bruxelles, Lazaréwitch, Adamas e Marchand. Este ultimo é o secretário do sindicato da Construção Civil de Bruxelas. O «meeting» foi perturbado pelos comunistas que estavam presentes em muito grande numero. Não conseguiram todavia impedir a reunião, e, abandonando a sala, o «meeting» terminou sem incidentes.

Lêr e propagar «A Batalha» é o dever de todos os trabalhadores.

INFORMAÇÕES PEDAGÓGICAS

Algumas noções sobre o ensino inicial da leitura

—Desejo ensinar as primeiras letras em casa, ao meu pequeno, que já completou os 5 anos. Poderis dar-me algumas indicações para o conseguir mais facilmente?

—Em primeiro lugar, ocorre-nos felicitação, por querer iniciar uma tarefa, que facilitará muito a missão da escola. Está demonstrado que a criança tem muito a lucrar com esse primeiro ensino ministrado na família. Entrando na classe, já a saber soletrar e conhecendo os algarismos, a criança sente-se mais à vontade e não esmorece, nem se prejudica ao entrar nêse, para si, estranho ambiente da escola. Ter a certeza que não se é o último, dá enorme incentivo à criança e ajuda-a muito na tarefa futura. Não é vulgar existirem pais que pensem deste modo, e, por isso, o louvamos.

E está bem, igualmente, que deseje saber como há-de começar. Não é indiferente o método ou processo a empregar para ensinarmos às crianças as primeiras noções de leitura. Antes, ao contrário. Pode depender desse primeiro ensino, abstraindo do maior ou menor grau de inteligência, o progresso rápido ou lento, que uma criança pode adquirir no futuro.

Que os pais, todos os pais, não esqueçam isto.

Entrando agora propriamente no assunto que lhe interessa, permita-nos declarar-lhe que achamos cedo para começar. O seu filho não perderia em começar a receber o ensino da leitura só lá para os 6 anos e tal, a não ser que se trate duma inteligência muito viva.

Mas essas inteligências também não convirá puxar demasiado por elas, porque se

pode perturbar a sua evolução natural. É preferível deixar operar, por si mesma, a natureza, quando se não está de posse dos bons métodos psico-fisiológicos indispensáveis em tais casos.

Contudo, informemos. O seu pequeno pode aprender depressa e quasi sem o sentir usando de processos apropriados e bem simples.

Pode começar pelas vogais, desenhando-as por baixo de caretas, que representem a expressão facial quando elas se pronunciam. Ao lado pode desenhá-las objectos, cujo nome comece pelas mesmas vogais: *uvas, ovos, arco, isqueiro, hera*.

esse trabalho deve ser executado diante da criança, para despertar nela o interesse de fazer o mesmo, mas sem a compêlir a isso. Os desenhos devem ser muito rudimentares, mas compreensíveis. Se a criança mostra interesse pelo assunto, dá-se-lhe lápis e papel e deixa-se à vontade. O resultado é, vulgarmente, quasi nulo, quanto à imagem do papel, mas consegue-se, pelo esforço de atenção, que a letra fique gravada na memória da criança acompanhada do respectivo som.

Se o interesse, pela reprodução em desenhos, se não manifesta, desenhem-se as letras em ponto grande, preencham-se a cores, e pede-se à criança para as recortar com uma tesoura, trabalho a que ela se não recusa. E depois, colam-se num papel ou faz-se uma colecção para brincar, reunindo as letras e formando as primeiras palavras ou seja os ditongos *ai, eu, ul*.

Continuando, pelo mesmo processo, ensinam-se as letras de mais fácil pronúncia: *n, p, m, v, f...* acompanhando-as sempre de desenhos, que sugiram o som respectivo: *nó, pé, mó, vespa, foguete...*

Assim se prossegue até ao fim, não esquecendo que as letras recortadas serão empregadas para formar palavras e frases a princípio muito simples e correspondendo a

(Continúa na 6.ª página)

HA NECESSIDADE DE PROPAGANDA NO MOVIMENTO OPERÁRIO

No número anterior foiquei a necessidade que existe de propaganda dos factores novos, de modo a criar, nos trabalhadores, uma consciência, menor ou maior, e uma mentalidade anti-capitalista. Uma propaganda, enfim, que envolvesse todas as necessidades do proletariado e atendesse à sua defesa económica e consequente emancipação integral.

No movimento sindical existe uma divergência acentuada de tendências, trilhando-se vários caminhos, e nela agem indivíduos de muitas ideias. Pelo que diz respeito aos libertários, eles não se envolvem na contenda como políticos eleitores. Afirmando: *sob o nosso ponto de vista, desejamos que o proletariado se emancipe do Capitalismo e do Estado; que a sua luta diária vise um melhoramento progressivo das suas condições materiais, morais e sociais, e que isso só, deve ser obra sua.*

Os pontos de vista ideológicos, que imprimem às nossas organizações de classe, são, portanto, o desenvolvimento desta ideia e a propaganda que exercemos deve, portanto, ser expurgada de messianismos políticos, e portadora de germes que coloquem os trabalhadores num estado moral que lhe permita ser uma força organizada e consciente, agindo num sentido iminentemente transformador.

A emancipação dos trabalhadores deve ser a sua própria obra, diz-se. E assim deve ser. Mas para que assim seja é necessário que as organizações tenham a noção do que querem e os fins que pretendem alcançar, com deixar de ponderar todas as dificuldades.

Para tal conseguir os anarquistas desenvolvem, na organização sindical, a sua propaganda, inculcando no proletariado as suas aspirações de libertação geral. Alheios aos triunfos de ocasião, preferem deixar, antes, lançada a semente que germine consciências melhores e elementos competentes dos objectivos por que se conduzem.

De que sorte, seja a quem for, uma agricultura

pação que prematuramente fez uma confissão ideológica e para a luta não está, sequer, predisposta? Para os libertários, que pretendem que a organização dos trabalhadores seja autónoma e federalista, que tenha vida própria, iniciativa que lhe dê movimento, que os próprios interessados sejam os que solucionem as questões que lhe dizem respeito, que pratiquem e experimentem os efeitos da liberdade, de nada lhes serve! É uma vitória que se torna em fracasso, e que pode deixar nos seus componentes, uma desilusão que os torne obstinados perseguidores das nossas ideias.

São os anarquistas a guarda avançada do proletariado. Pelas suas ideias são a mais segura expressão das necessidades de libertação dos trabalhadores; pela sua acção são a expressão da luta que é necessário desenvolver. Portanto, a propaganda que desenvolvem não visa a arrastar, a suggestionar os trabalhadores, a alcançar um triunfo de partido. Tem, apenas, em conta as necessidades dos trabalhadores, pugnando por melhorias imediatas e por uma transformação da sociedade, aconselhando-lhes a posse dos instrumentos de trabalho, das fábricas e da propriedade. E enquanto este objectivo se não consiga atingir, deve arrancar-se ao capitalismo o necessário para viver e preparar o terreno para futuras conquistas.

Os anarquistas põem ao proletariado o seu problema com toda a franqueza. Não fantasiam, não inventam nem dulcificam a questão. Os interesses dos trabalhadores, as suas necessidades económicas, a defesa das suas condições de trabalho e as suas melhorias só podem ser tratadas pela sua organização, pelo seu próprio esforço. Toda a luta parcial, todas as suas questões imediatas de salário, da crise de trabalho e de jornada, para que sejam conquistadas e favoreçam os trabalhadores, têm que ser arrancadas ao capitalismo, sem transigências nem cataplasmas.

Continuaremos. Outros que tragam, também, as suas sugestões.

E. S.

Evolução Económica

Revolvendo o passado

O último golpe na organização feudal, foi, porém vibrado pela Revolução Francesa, cujos efeitos se fizeram logo sentir em quasi todo o mundo civilizado.

Um dia, o povo, cansado de tão longa e tão dura opressão, foi-se à aristocracia e derribou-a; desfez o carácter obrigatório do trabalho; cortou a essa rede de malditas sanções da economia servil; queimou as leis que fixavam as horas de trabalho, o salário dos trabalhadores e o preço das mercadorias; aboliu os direitos e as justas dos senhores feudais; acabou com a venalidade dos cargos judiciais, com as imunidades pecuniárias, com a desigualdade tributária, com os dízimos, com os benefícios, com as jurandas, com as cornéis, e finalmente, com os nobres, levando o rei ao cadafalso, a expiar os seus crimes e o dos seus antepassados. Acabaram os servos; o trabalho perdeu o carácter obrigatório, que teve na idade média; abriu-se definitivamente o período do regime burguês.

A dissolução do regime feudal impôs-se como condição do estabelecimento do regime burguês. Abolição a servidão, as corporações, com as jurandas e leis de aprendizagem, veio coroar o novo edifício a transformação das instituições políticas, auxiliada pelo movimento filosófico revolucionário. A luta entre a produção corporativa e a capitalista, que já tinha começado com vantagem para esta em pleno feudalismo, ter-

minou; e não deveu suscitar inimigos, se atendermos a que, quando se travou, já a nobreza tinha perdido a sua função social, vivendo parasitariamente do trabalho servil, agrícola e industrial.

Nem a agricultura nem a indústria tinham progredido muito sob o influxo dos senhores feudais; o que maior desenvolvimento teve, foi o espírito associativo comunal, que gerou nas populações a aspiração da independência e liberdade. Demais, a ciência, alongando o horizonte económico duma maneira incompatível com o *status quo* tradicional, contribuiu também poderosamente para o triunfo da revolução. Bastante diz que as terras estavam extremamente parceladas tanto as dos nobres, como as dos camponeses; que o direito consuetudinário proibia as vedações, a mudança de cultura (sob pena de serem destruídas as sementeiras pelos gados das comunas), a exploração de terrenos incultos, — para se conhecer o estado em que se encontrava a agricultura, — donde, a sua improgressividade e as frequentes crises agrícolas, que chegaram, por vezes, a produzir sublevações populares.

A Revolução Francesa aboliu todas estas leis e costumes, que embarçavam o livre desenvolvimento agrícola e industrial, e permitiu a apropriação dos bens comunais — matas, bosques, prados, florestas, — que caíam no poder da burguesia. Datam de então a variedade de culturas, os novos processos de exploração agrícola, os adubos químicos, as máquinas, etc.

No regime feudal, cada cidade ou povoação possuía, geralmente, as indústrias necessárias para o seu abastecimento, formando, assim, uma verdadeira unidade económica; o comércio da cidade para cidade era muito diminuído.

(Continua na 6.ª página)

PELOS TRABALHADORES RURAIS

A COMISSÃO DE RELAÇÕES E ESTUDO REUNE

Apreciando a situação dos trabalhadores do campo, verifica a necessidade de a solucionar

Os trabalhadores rurais sofrem, também, do mal que, na actualidade, atinge todos os produtores. A crise estendendo os seus tentáculos, apertando nos seus anéis de ferro, o operariado das cidades, chegou, daninha, pérfida, aos meios rurais. E compreende-se. A crise nos centros industriais arrastou uma diminuição de consumo, uma limitação mesmo, — grave sintoma — nos alimentos. Era, portanto, natural que os camponeses, também, fossem atingidos pela crise.

Entre os camponeses existe, portanto, crise, crise que faz sentir os seus terríveis efeitos, lançando na miséria mais crua, um punhado de trabalhadores.

Conhecedores dessa situação e sabendo a Comissão de Relações Nacionais, Estudo e Defesa Rural a estudar o assunto, procuraram obter os elementos indispensáveis para uma boa compreensão da crise e da maneira como pensam poder resolvê-la, os nossos camaradas do campo.

A exposição que nos fizeram obedece a uma divisão e compreende quatro aspectos:

- 1.º Divisão de trabalho para todos os trabalhadores;
- 2.º Aumento de produção;
- 3.º Processos de trabalhar;
- 4.º Preferência do trabalho.

No primeiro aspecto há como primordial, a conquista da jornada de trabalho, máxima de 8 horas. Ela é necessária para evitar anomalias como esta: haver trabalhadores que se esforcem no pesado trabalho do campo durante 10, 16 e 18 horas, enquanto outros não encontram onde alugar os braços. «O patronato não está disposto a desenvolver a produção nos seus terrenos, de harmonia com as necessidades de consumo, de maneira que precisamos exigir, imediatamente, uma jornada de 8 horas, procurando, dessa maneira, que o trabalho a todos beneficie um pouco». Ao mesmo tempo desejam ver abolidas as horas suplementares com excepção dos carreiros que façam viagens de mais de 20 quilómetros.

O segundo aspecto, aumento de produção, e os que se lhe seguem, são de grande importância por depender deles a necessidade de maior ou menor número de trabalhadores. Ainda acresce que há no mercado falta de produtos agrícolas, como sucede com o trigo. Não faz sentido, na verdade, que tenhamos campo próprio para esse cultivo em grande escala e só aproveitemos numa diminuta extensão. A deficiência de produção não prejudica, apenas, o camponês. Prejudica, também, o consumidor. Existindo escassez de produtos, pode o lavrador especular e elevar os

preços à sua vontade. Há necessidade duma maior produção para beneficiar a classe trabalhadora rural, porque atenuaria a sua crise, como beneficiaria todos os trabalhadores, porque lhe permitiria obter produtos de mais baixo preço.

Neste aspecto — informam-nos — há facetas dignas de reparo. No nosso país temos bons terrenos para o cultivo do trigo. Pois os proprietários não cultivam esses melhores terrenos, preferindo outros menos recomendáveis. O seu crime chega ao ponto de deixar as terras baixas, as melhores, sem cultivo, abandonando-as ao ponto de nem sequer criarem pastos, abundando nelas, pelo contrário, ervas bravas que o gado não come. A explicação para este facto está em que os terrenos baixos sendo os de melhor produção são, também, os mais dispendi-

osos. Por isso os proprietários não cultivam, o que, como se compreenderá, muito agrava a crise.

Há, ainda, outros factores que concorrem, também, para agravar a crise: A criação de gado bovino bravo é um deles. Esse gado não adaptável ao trabalho, prejudica, enormemente, o desenvolvimento da produção. Para ele se desviam atenções que poderiam dedicar-se ao cultivo dos terrenos, verdadeiros prados à disposição desses animais de luxo. O outro é o desenvolvimento que estão tendo as florestas. O regime florestal conquista terreno, terreno que rouba ao cultivo útil.

Quanto aos processos de trabalho, o mais condenável é o de empregada. Nesta parte do problema depara-se-nos a ganância do próprio trabalhador, tornado empregado, peior explorador dos seus ca-

maradas que, mesmo, o proprietário. Estes trabalhadores são inimigos das 8 horas, trabalhando sempre em excesso, prejudicando, sem reboço, os trabalhadores, que sofrem os efeitos da crise.

A preferência de trabalho tem para os trabalhadores do campo enorme importância. A preferência de trabalho, chamam eles a intrinseca nos trabalhos de dada região de trabalhadores doutras. A maneira de trabalhar difere de localidade para localidade, de região para região. São preceitos e costumes de trabalho diferentes e, até, na ferramenta, nas condições climáticas se nota uma diferença notável. Pois os proprietários, no Alentejo, preferem os trabalhadores de fora aos da localidade. Aqueles, não acostumados à especialidade do trabalho, produzem, naturalmente, menos e com maiores imperfeições. Aqui há uma dupla exploração: A exclusão do trabalho dos trabalhadores locais para lhe não pagarem salários mais altos; o aproveitamento dos homens doutras regiões, pagando-lhes menos, sacrificando-os em trabalhos penosos, a que não estão habituados.

«Outros aspectos teríamos de tocar — continuam a informar-nos — como, por exemplo, o que se relaciona com o aproveitamento para trabalhos no campo de homens com reforma. Ganham, dessa maneira, por dois lados, prejudicando, contudo, os que são profissionais e outros salários não têm.

Em consequência disso reclamam:

- 1.º Inclusão na lei, da jornada de 8 horas para os trabalhadores rurais e para as demais classes que ainda não beneficiam dessa regalia;
- 2.º Obrigatoriedade de cultivo dos terrenos, segundo a sua capacidade e possibilidades de produção;
- 3.º Abolição total dos trabalhos por empreitada;
- 4.º Que sejam preferidos os trabalhadores residentes na localidade onde o trabalho é executado.

A ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

recomenda a leitura de «A Batalha» e «Vanguarda Operária»

Os trabalhadores encontrarão nas nossas colunas todas as informações do movimento operário. Têm, portanto, conveniência em lê-lo sempre.

PELOS MARÍTIMOS

A SITUAÇÃO ECONÓMICA DO PESSOAL DA MARINHA MERCANTE

Os marítimos têm fama de ganhar rios de dinheiro. Não é raro encontrar quem julgue que ser marítimo, é ter, entre o restante operariado, uma situação de privilégio, quanto ao seu estado económico. São vários os factores para tal contribuindo. Em primeiro plano, encontra-se a situação especial da sua profissão que exige um esforço invulgar, sempre em perigo, sempre afastado dos que são parte integrante da sua vida; depois, a sua potente organização.

De facto, se fossem tidas em conta as circunstâncias especiais em que é exercida a profissão de trabalhador do mar, há nela bocados que são impagáveis. Não existindo, porém, outra maneira de, presentemente, remunerar esses sacrifícios, estaria indicado que tivessem uma boa situação económica, possível, somente, com salários à altura dessas condições e necessidades delas resultantes. Mas tal não sucede. Os salários do pessoal da Marinha Mercante, variam, actualmente entre 11\$00 e 15\$00. Se não são os mais baixos entre todas as marinhas mercantes do mundo, são, incontestavelmente, dos mais baixos.

Há muito tempo já que aos Armadores foram apresentados pedidos de aumento de salário, mas, até hoje, apesar de todos os trabalhos realizados ainda não foi conseguida uma resposta satisfatória. Esta reclamação é tão justa, que a única objecção

que encontrou, por parte dos Armadores, foi o não lhe permitir a sua presente situação financeira a criação de novos encargos.

Em contrário, porém, desta afirmação, nós encontramos na imprensa burguesa elementos fornecidos pelas próprias Companhias de Navegação, pelos quais se verifica um aumento progressivo do fregio comercial, feito pelas mesmas e os correspondentes lucros, que em certos casos — afirmam eles mesmos — atingem centenas de milhares de escudos, numa só viagem.

Em face disto, tem de admitir-se que, ou é falsa a afirmação feita aos marítimos, quando se recusam atender as suas reclamações, ou são falsos os números fornecidos à imprensa, para fazerem reclame dos seus serviços.

Há já sete anos que os salários não foram actualizados e, neste período de tempo, tudo aumentou. Os salários, portanto, devem acompanhar essa ascensão, sem que, de maneira alguma isso seja, de facto, encargo novo.

Enquanto tal se não conseguir, enquanto não interessarmos, neste assunto, toda a classe marítima; jámais se conseguirá uma solução conveniente. Haverá sempre uma contradição de números tendentes a justificar uma recusa, que não tem justificação.

José Francisco

Acidentes de Trabalho

Reuniu a Comissão

Em 5 do corrente, a convite da Comissão Operária Pró-Reforma da Lei dos Acidentes de Trabalho, reuniram os sindicatos operários de Lisboa, na sede da Associação de Classe dos Desempregados do Porto de Lisboa, com a presença de 22 sindicatos.

Constituída a mesa, Alberto Monteiro enumerou os trabalhos realizados e fala das entrevistas havidas no ministério das Finanças. Informou que a lei deverá ser alterada, segundo promettimentos, ignorando, ainda, quando.

Um membro da comissão convocante, critica a ausência de muitos sindicatos, pois tratando-se duma questão de importância a ela todos deviam ocorrer.

Eduardo Jorge, como árbitro do Tribunal, julga que a comissão ainda não deve suspender os seus trabalhos, mesmo porque nada comunicou nesse sentido. Informa que a lei já foi alterada, um pouco, no referente ao funcionamento do Tribunal. Critica uma afirmação feita na reunião anterior sobre a recomposição monetária aos arbitros.

Marques Teixeira, dos manipuladores de pão, diz confusas as declarações da comissão, e por isso não vê motivos de recusa para se discutir o assunto. Pergunta se a comissão pretende entregar o seu mandato ou ficar.

Monteiro, da comissão, explica que não pôs a questão de cessação de mandatos. Isso fica para a assembleia.

João Miranda, da Construção Civil, tinha já a impressão de estar posta a cessação das funções da comissão e acha que podem os sindicatos determinar que os organismos federativos e locais dêem continuidade a esse trabalho.

Adelino Ferreira, dos metalúrgicos, membro da comissão, propõe que os trabalhos sejam entregues à Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa, e que o saldo seja entregue ao jornal *A Batalha*.

Monteiro explica que a comissão convocante esta assembleia com outro intuito. Não pensava, a comissão, em entregar os mandatos. A assembleia porém decidiu, conquanto pela matéria da moção, ela já tenha a sua missão terminada. Guilherme de Almeida, dos Alfaiates, não concorda com a moção.

Outros militantes se referem ao assunto manifestando-se uns pela moção outros contra. Adelino Ferreira, do Sindicato proponente,

Afirmações teóricas que na realidade se desmentem

Nalguns sectores sociais existe a preocupação das afirmações retumbantes, pensando — supõem — que, dessa maneira, as multidões se entusiasmarão e vão a rebaque da vontade das que as fazem. No tempo da propaganda republicana, como se sabe, os propagandistas não eram parcimoniosos em promettimentos. O povo teria tudo quanto, então, lhe faltava. A República foi um facto, as promessas, porque não eram realizáveis, ficaram, apenas, no cérebro do povo e o resultado foi contraproducente. A massa — como agora se chama aos agregados de trabalhadores — descreu da república e não colaborou na sua obra. Registrou o inevitável: o divórcio do soberano com o regime que lhe concedia essa mercê.

Hoje, embora a época não esteja para entusiasmos, ainda aparecem propagandistas de ideias com a mesma linguagem de então. E são curiosos esses homens. Clamam: «queremos uma luta de massas, demonstrações de ruas» e, contudo, fazem promettimentos sem fim e sem nexo e conservam-se num gabinete escrevendo aquilo e saboreando, burguesamente, o prazer, porque «cumpriram seu dever».

U. do Carmo

explica que a Câmara tratou já do assunto. A proposta que apresentou é da autoria do seu sindicato. Lembra o facto de a comissão ter pensado em demitir-se, embora a esse pensamento não desse um carácter oficial. O delegado da Câmara Sindical do Trabalho historia o trabalho que este organismo desenvolveu, ainda antes da nomeação desta comissão. Salientou a vantagem da C. S. T. tomar aquele encargo porque esta comissão é uma duplicação. Não faz sentido coexistirem duas comissões porque a Câmara, em qualquer caso, agirá sempre em favor da actualização da lei dos acidentes de trabalho.

Quirino Moreira explica a proposta dos metalúrgicos, justificando-a. São aderentes à C. S. T. e a ela dão preferência. Não deixaram de acompanhar o assunto, ainda que tratado por outros. Diz, ainda, que entende dever ser o saldo entregue à *A Batalha*, porque o seu sindicato é aderente à organização central.

A sessão foi encerrada, ficando para nova reunião a continuação dos trabalhos.

O «colosso de pés de barro»

(Continuação da 3.ª página)

Com a adopção deste programa económico, a F. S. I. renuncia, oficialmente, ao derrubamento da ordem social capitalista. A colaboração com o capitalismo sobre a base do Estado actual, converteu-se em princípio essencial do movimento sindical reformista.

No programa declara-se que «as centrais sindicais nacionais deverão realizar o trabalho principal no que se refere à determinação das condições de trabalho e salários». As derrotas da classe operária alemã, porque segue essa acção reformista, demonstram, de sobra, o valor dessa tactica. Com a ajuda dos «comités» paritários e a arbitragem obrigatória, acção preferida pelos sindicatos reformistas, em lugar da acção directa, as empresas industriais prejudicaram, sensivelmente, as condições de trabalho e reduziram os salários. Mas não é só na Alemanha que tal experiência se pode colher. Também na Austrália, o país de origem da arbitragem legal para a regulação pacífica dos salários e demais condições de trabalho, o proletariado tem realizado experiências semelhantes.

Roberts, o representante da Nova Zelândia, não titubeou em reconhecer que «os trabalhadores poderiam ter conseguido muito mais, se a lei da arbitragem obrigatória não existisse».

Em continuação tratou de se fixar o programa político-social. O belga Mertens formulou uma série de reivindicações, que devem ser realizadas com o auxílio da legislação social. Também aqui, o mesmo que no programa económico, se trata de medidas legais que na Alemanha foram já implantadas, sem que o proletariado alemão se tenha aproximado, nem um passo do socialismo.

Toda a legislação social não é mais que uma espécie de filantropia, própria aliviar as piores manifestações da miséria proletária, mas que não deixa de ser uma consequência do sistema capitalista de produção, baseado na pobreza extrema das massas.

Deve o movimento operário adoptar, para melhorar a situação económica e espiritual dos trabalhadores, medidas que tenham pronunciado carácter socialista.

Mas o novo programa da F. S. I. limita-se à elaboração de um sistema de seguros dentro do regime actual. E é tudo isso o que pretende.

A. Souchy

ODEMIRA

O aparecimento de «A Batalha» e a actividade escolar

Causou bastante júbilo entre os trabalhadores de Odemira que se interessam pelo movimento operário, o aparecimento de «A Batalha». Eshotou-se rapidamente nas mãos do vendedor. Lendo-a, temos ouvido recordar as fazes mais salientes do órgão dos trabalhadores e nessas recordações vibra o entusiasmo com que o operariado recebeu o seu órgão na imprensa.

E' já no próximo mês que se inicia a actividade escolar e por isso lembramos aos operários corticeiros, os únicos associados, a conveniência de se criar um curso noturno de instrução primária, já que havendo nesta terra muitos analfabetos, as entidades oficiais não se preocupam com essas ninharias. Ministar instrução aos adultos é coisa que não vale a pena.—(C.)

O valor da organização sindical

«A organização sindical tornou-se para os trabalhadores, especialmente por causa do desenvolvimento do capitalismo, uma necessidade absoluta e imprescindível, um instrumento insubstituível de defesa do seu pão cotidiano. Por maiores que sejam os seus defeitos, enormemente maiores são os seus méritos e frutos benéficos. Além disso, do ponto de vista revolucionário e libertário, é uma espécie de reserva de energias, um ambiente mais favorável de propaganda. E' um ambiente que não poderá nunca, na sociedade actual, chegar a ser revolucionário e anarquista de modo absoluto.

Luís Fabbri

Evolução Económica

(Continuação da 4.ª página)

Mais largo horizonte se rasgou, porém, com produção capitalista. Realizada a educação cooperativa, que foi um dos maiores progressos da idade-média, a indústria sofreu uma transformação importantíssima pela especialização levada a alto grau, de modo a tornar a mercadoria um produto de grande número de operações parciais e complementares. «Para bem se apreciar esta divisão de trabalho, diz Karl Marx, é indispensável ter em vista dois pontos: 1.ª a execução das diferentes operações não cessa de depender da força, da habilidade, da rapidez do operário no manejo da máquina, com a qual exerce permanentemente uma função de pormenor parcelar; 2.ª a divisão da manufatura do trabalho é uma cooperação de um género particular, proveniente, não propriamente da sua forma, mas da natureza geral da cooperação.»

A consequência natural deste progresso foi uma perfeição e produtividade superiores, sucessivamente aumentadas com o aperfeiçoamento das máquinas e com o hábito de certeza e rapidez no trabalho, hereditariamente adquirido, e de pais a filhos mais intensa e largamente transmitido.

Em suma, todo o mundo civilizado se torna industrial, e as nações que o são mais, vendo fecharem-se-lhes os portos, procuram estender os seus domínios coloniais para os converter em desembocadouros dos seus produtos.

A tendência económica moderna é munir-se cada país de todas as indústrias possíveis, como o mostram as leis proteccionistas, tão geralmente preconizadas actualmente. A ambição, o desiderato geral, é cada qual depender o menos possível do estrangeiro e fazê-lo tributário o mais possível, — sistema que, dentro em pouco tempo, fará com que venha cada país a produzir mais do que o necessário para o seu consumo, limitando-se a importação e a exportação à troca de produtos que faltam absolutamente.

Silva Mendes

Da propriedade

Toda a gente celebra a idade do ouro, e todavia considera-se virtuosa e ensina-se o respeito da banditagem que a destruiu.

Esta banditagem instituiu o «meu» e o «teu», dividiu e apropriou a este e a aquele não somente a terra que devia pertencer a todos, mas ainda os mares, e bem depressa talvez o próprio ar.

Giordano Bruno

A política Marxista e não Marxista

«O difícil é defini-la. A primeira vista a política constitui legitimamente um ofício. Nela a actividade humana parece empregar-se em executar uma obra, em perseguir um fim. Que fim e que obra? Que conhecimentos require esse ofício? Aqui está a impossibilidade de uma resposta. A julgar pelos factos, a cultura intelectual é estranha a esta questão. Pessoas que nem para assinar conhecem a ortografia, evercem altas influências, e apresentam-se como ministros instruídos. Que será melhor para a carreira política? Saber química ou história, medicina ou contabilidade? Até agora os políticos não se arriscam a estudar nada. A política é um ofício amorfo ou o ofício dos que não têm nenhum.

Da revista «La Protesta»

A RACIONALIZAÇÃO

Como ela se desenvolveu em várias épocas do seu reinado

A racionalização da economia, de que tanto se fala, não é, de nenhum modo, um fenómeno novo, como se supõe, ainda que, antes da nossa época elle se não desenvolvesse tão rapidamente. A aspiração de tornar a produção cada vez menos dispendiosa, com o menor emprego possível de forças, está estreitamente ligada com o princípio da economia em geral. Até mesmo o socialismo não poderá esquivar-se á obediência a esse princípio, havendo, apenas uma diferença: a abundância de trabalho beneficiará a colectividade em geral e não só, como agora, os interesses particulares de uma minoria da sociedade.

Verdadeiramente a racionalização deveria tender para sobrecarregar cada vez mais a máquina com os trabalhos mais pesados e desagradáveis, garantindo ao homem o lucro de tempo e de trabalho. E é precisamente neste ponto que se evidencia toda a monstruosidade do sistema capitalista, mais claramente, de exploração. O desenvolvimento da produção mecânica e o melhoramento dos métodos de trabalho, tiveram por consequência, é verdade, gigantescos aumentos no processo produtivo, mas não diminuíram a carga dos produtores, se é que a não tornou mais pesada e opressiva.

Os trabalhadores das guildas da Idade-Média não trabalhavam quasi nunca mais que oito horas diárias. Além disso havia uma grande quantidade de festividades religiosas que hoje são conhecidas, apenas, de nome. Ao contrario, o nível geral da vida e em especial a segurança económica dos produtores, estava garantida num grau hoje impossível. Uma miséria social, como a que veio com a era do capitalismo, era, completamente, desconhecida.

Tudo isso se modificou com o desenvolvimento do capital comercial dos mercadores, que deveu principalmente, a sua expansão ao comércio exterior. Graças aos grandes descobrimentos de fins do século XV, esse desenvolvimento foi estimulado de uma maneira inesperada, encontrando-se os verdadeiros fundamentos do comércio mundial. A grande importação de metais preciosos da América, acelerou a marcha da economia monetária na Europa, em grandes proporções e, simultaneamente, também a evolução do Estado moderno. Se as velhas cidades, por causa da sua organização social, foram guiadas sempre pelo pensamento de produzir equilíbrios na vida económica, com a aparição do capital comercial surgiu um novo princípio económico, que ia ter a sua expressão na política de supremacia dos grandes estados dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Quando mais se desenvolveu o comércio, tanto mais se fez valer a necessidade de conformar todo o rendimento possível da indústria. Assim, appareceram gradualmente, as chamadas manufaturas que vêm desde meados do século XVI. Em geral, o sistema de manufatura, que reunia um número muito maior de produtores no mesmo lugar habitual das oficinas do pequeno mestre do grémio, era uma reflexiva racionalização do trabalho, que desejavam obter mediante a sua divisão e o aperfeiçoamento das ferramentas. Dêsse modo aumentou consideravelmente a capacidade de rendimento da produção industrial, que correspondeu ás necessidades do comércio, mas que piorou muito a situação dos trabalhadores. Já, então, se fez notar a aspiração de prolongar, junto com a capacidade de rendimento da produção, a jornada de trabalho e reduzir os salários.

Com as invenções applicadas á industria a produção adquiriu outras formas, dando, como consequência uma ampla racionalização dos métodos de trabalho. O resultado, porém, foi aqui outra vez o mesmo. Por um lado um aumento gigantesco da produção e dos lucros; por outro a miséria espantosa, iniciando-se com todos os horribes fenómenos que a acompanham. Como na época da manufatura, também, desta vez, o fruto da racionalização só favoreceu uma pequena minoria, enquanto que os produtores foram arrojados ao abismo de uma miséria cada dia mais desesperante.

Hoje, entramos numa fase de desenvolvimento económico que se adverte em todos os países com o mesmo ritmo. O capitalismo começou uma nova época na qual trata de violar todos os territórios económicos su-

postamente nacionais, para chegar a um sistema de economia mundial, o que é o mesmo, a explorar, sistematicamente, o mundo inteiro, segundo pontos de vista unitários. O capital que antes se sentia ligado a certos interesses economicos nacionais transforma-se, de dia em dia, na categoria de capital mundial. Em lugar do velho capitalismo privado apparece o moderno capitalismo colectivo, com os seus «Kartels» e «trusts» nacionais e internacionais.

Se antes a «livre concorrência» era a base dos politicos economicos capitalistas, cuja excelência foi exaltada por todos os economicistas e festejada como lei de bronze da economia, hoje essa forma antiquada do desenvolvimento económico capitalista, tem que abandonar o campo, cada vez mais, á estratégia económica das empresas collectivistas, que aspiram a obstaculizar toda a rivalidade, com o fim de obter a ditadura unitária dos preços. Se antes a concorrência mútua dos empresários privados fazia com que os preços em tempos normais, não podessem elevar-se dum modo exagerado, os dirigentes dos grandes «Kartels» actuais podem, facilmente, impedir toda a competência e ditar, simplesmente, os preços aos consumidores. O *laissez-faire* do capitalismo privado é cada vez mais relegado pela ditadura económica do moderno capitalismo colectivo.

A chamada racionalização da economia é somente, uma forma dessa evolução, que surgiu, primeiramente, na América e desde ali invadiu a Europa, impondo-se em toda a parte, desenvolvendo-se incessantemente. E de novo os trabalhadores são enganados. Devido á racionalização a capacidade de produção aumentou poderosamente, os lucros subiram de nível á custa do nível de vida do operariado. Além disso o trabalhador nos estabelecimentos modernos é apenas, uma máquina de carne e osso, cujos movimentos são adaptados ao ritmo da máquina de ferro e aço; com o novo sistema o número de accidentes de trabalho aumenta e os desocupados são cada vez em maior número. E ao mesmo tempo, desaparece de toáo, a segurança económica para os produtores da actualidade.

Eis, rapidamente apontada a linha evolutiva da chamada racionalização.

Rudolf Rocker

INFORMAÇÕES PEDAGÓGICAS

(Continuação da 3.ª página)

ideias de fácil compreensão para a criança e successivamente aumentando em número de sílabas, as quais devem ficar divididas por cores diferentes.

Em cada dia, a criança não deve aprender mais de uma ou duas letras, conforme o seu nível intelectual. Evite-se designar as letras pelo nome e procure-se conseguir a junção dos elementos pronunciando successivamente os sons naturais. A letra correspondente á lição de cada dia deve ficar desenhada de um dia para o outro, em ponto grande, num papel colocado em lugar para onde a criança sem obrigação, tenha de olhar.

Quando não há vagar nem habilidade manual para um trabalho destes, podem usar-se umas colleções de letras móveis que há no mercado, ou recortar-se as letras, assim como os desenhos, dos anuncios dos jornais e dos magazines. Isso diverte muito a criança e faz aprender depressa.

Não se perca de vista que a criança não deve desconfiar que temos um grande interesse em que ela aprenda. Por isso não devemos forçá-la, violentá-la. Se desconfia, reage no sentido contrario. O que devemos, muito simplesmente, sem precipitação, é sugerir-lhe o que convém, é despertar-lhe o interesse próprio natural. Dar-lhe a impressão de que é ella que descobre, que inventa, que é ella que realiza tudo.

Eis, por agora, o que se nos oferece informar a respeito do ensino inicial da leitura.

Na revista mensal de sciencia, sociologia e arte —

«AURORA»

encontra-se, em todos os números, leitura útil ao estudioso

COMO NA IDADE-MÉDIA

Um professor condenado

por ensinar a verdade científica e como é explicado um tremor de terra

Em 1924, os operários da cidade industrial Offembach-an-Main abandonavam a igreja, cada vez em maior número. Os padres resolveram, perante esse facto, iniciar um ataque de grande estilo contra o professor Weber, alvo da sua atenção, por pensar de harmonia com os ditames da ciência. Conseguiram contra ele «faltas profissionais» e foi suspenso. Elaborado o processo, o tribunal administrativo de Darmstadt condenou Weber.

Eis os pontos sobre os quais se baseia a acusação:

1.º — Weber teria declarado que o diabo não existia; 2.º — Weber teria assinalado o parentesco entre o homem e o macaco; 3.º — Weber teria insistido sobre o facto de que os cães, por exemplo, são mamíferos, como os homens; 4.º — Weber, sobre tudo, teria escrito na sua escola: «Nós estamos sobre a terra para viver como bons camaradas», em lugar de escrever, por exemplo: «Nós estamos sobre a terra para servir Deus e para lhe sermos agradáveis».

Ao tempo, é curioso acentuá-lo, na Alemanha, os sociais-democratas, preparavam uma política de coligação com os partidos burgueses, triunfando, em toda a linha, a reacção cultural.

Este caso, revelando a reacção cultural que predomina, apesar de tudo, não se manifesta isoladamente. Na Itália, depois do recente tremor de terra, os bispos de Nápoles, Milão e Génova publicaram uma pastoral em que dizem ter sido a catástrofe filha da cólera divina, sendo uma visita de Deus ao povo pecador, pela sua moral corrompida e pela sua imodéstia no vestuário. Dizem, ainda, que «para evitar mais tremores de terra», «o rebanho de que são pastores deve abandonar as modas vergonhas e os trajes de banho que deixam os corpos semi-nús».

O *Popolo di Roma* contestou essa pastoral dizendo cegos os seus autores. «Cegos porque o são de inteligência, ou porque o querem ser por conveniência». Acrescenta que os bispos não podiam ter visto as modas ultramundanas nos hábitos simples do povo rural, tão duramente castigado pelo fenómeno scismico. Condena, ainda, o terror religioso para impor um dogma cada vez menos aceitável.

O *Osservatore Romano*, o órgão da Santa Sé, contestando os indignados comentários da imprensa italiana, afirma que os cardiais e os bispos têm o direito de se utilizarem dos desastres desta natureza para fazerem as suas admoestações.

Eis como em pleno século XX se especula com um fenómeno, explicado scientificamente e, scientificamente, objecto de atenção, com o fim de preservar os povos dos perigos de novos abalos scismicos. Quando seria exigível que todos se preocupassem em encontrar a maneira de evitar vítimas, quando esses fenómenos se registem, alguns preocupam-se com a propagação dum dogma, que, apenas, cria resignados, no momento em que é preciso reagir e reconstruir o

Auxílio á «Batalha»

Continuam a afluír à nossa administração, donativos de vários lados. Este facto reünido ao entusiasmo com que A Batalha foi recebida em toda a parte, anima-nos a prosseguir sem, desfalecimentos, na obra empreendida. É preciso que todos os trabalhadores compreendam a necessidade de dar ao nosso jornal a máxima expansão, tornando-o apto a desenvolver a sua actividade nos meios operários de todo o país. Para isso torna-se necessário que ao nosso apelo acorra o maior número de trabalhadores.

Continuamos a dar nota dos donativos entrados na Administração:

Transporte....	669\$50
Sind. dos Ferroviários da C. P..	100\$00
Assoc. dos Corticeiros de Castelo Branco.....	30\$00
Assoc. de Marinheiros e Moços da Marinha Mercante — Lisboa..	500\$00
Manuel Teixeira.....	2\$50
Aug. Fernandes Branco.....	2\$50
Fed. dos Trab. de Transportes e Comunicações de Lisboa.....	100\$00
Câmara Sindical de Trab. — Lisboa.....	30\$00
Assoc. dos Caixeiros de Lisboa (quotização mensal).....	10\$00
A transportar..	1.444\$50

Na Indo-China

Uma segunda tomada da Bastilha

Em Nan-Dany, uma multidão indígena dirigiu-se a uma prisão e pôs em liberdade os presos.

Provavelmente, os indígenas viram as autoridades francesas, sob cujo jugo vivem, festejar a data da tomada da Bastilha pelo povo de Paris, e trataram de lhe imitar o gesto.

Um movimento de independência nesta colónia francesa

Tendo surgido um movimento de independência nacional da colónia francesa da Indo-China, houve, ali, primeiro, uma feroz repressão com vários assassinatos, e em seguida um processo sumário com monstruosas condenações. Dos condenados treze foram guilhotinados um após outro.

Um deles fez as seguintes declarações sobre o movimento empreendido por ele e seus companheiros:

«A equidade exige para todo o cidadão o direito de tornar a sua pátria livre. A humanidade prescreve a todo o indivíduo o dever de socorrer o seu irmão infeliz. Que vejo? Há mais de sessenta anos, a minha pátria é escravizada por vós, franceses. Os meus irmãos sofrem sob o vosso domínio, a minha raça está ameaçada na sua existência. Eu tenho, pois, o direito e o dever de defender o meu país e os meus irmãos. Organizei, então, em 1927, o partido nacionalista anamita, cuja acção devia tender: 1.º — a expulsar os franceses do território; 2.º — a formar um governo republicano anamita sinceramente democrático.»

Trata-se, pois, dum movimento de carácter democrático e nacionalista, que nenhuns benefícios trará ao proletariado anamita. Todavia, aqueles que pregam patriotismo, como os franceses, é que, em vez de atacar, deviam apoiar tal movimento.

A ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA

PORTUGUESA

recomenda a leitura de «A Batalha» e «Vanguarda Operária»

devastado, em melhores condições de resistência.

Estes dois casos mostram bem quanto ainda há a devastar no campo da educação e da cultura e quanto, em esforços, exige um movimento de reacção contra o reaccionarismo que tudo invade.

EM COIMBRA

A excursão promovida pelo nosso colega «Vanguarda Operária», constituiu uma brilhante afirmação de vitalidade

Como anunciámos, efectuou-se no dia 14 a excursão de operários do Porto à velha cidade universitária. Durante a viagem fez-se larga sementeira de propaganda, vendendo-se jornais operários por entre a multidão de alguns centenares de excursionistas.

Em Coimbra, já antes da chegada do comboio se notava um certo entusiasmo — infelizmente não tanto como seria para desejar — entre aquela parte do proletariado local que mais se interessa pelas coisas sociais.

Representantes das associações operárias de Coimbra vieram esperar à estação os excursionistas com as suas bandeiras, produzindo-se uma entusiástica manifestação de boas-vindas à chegada do comboio excursionista. Organiza-se em seguida um cortejo da estação à sede onde se efectuou a respectiva

Sessão de Boas-Vindas

O vasto e magnífico salão dos «Pacatos» enche-se em pouco tempo.

Em breves palavras o camarada Mário Ribeiro, dos Manipuladores de Pão de Coimbra como representante da Comissão encarregada de receber os excursionistas, assume a presidência apresentando as suas saudações de boas-vindas. Convida para secretariar os delegados da Associação dos Barbeiros, de Coimbra e da Câmara Sindical do Trabalho, do Porto. Constituída a mesa, o presidente convida a tomar a palavra o professor Tomás da Fonseca, tão conhecido nos meios operários, que ao subir a tribuna é alvo duma calorosa manifestação de simpatia.

O ilustre professor e publicista comunica a sua satisfação por ver a forma carinhosa como os trabalhadores de Coimbra recebem os seus camaradas do Porto, afirmando que tal gesto lhe é sumamente agradável. A ele, que sempre se encontrou ao lado dos trabalhadores que lutam pela sua emancipação. Não fala como representante de qualquer grémio de intelectuais; fala em seu nome pessoal, como filho de trabalhadores que não quer renegar, nem a sua origem, nem o seu nome alcançado à custa do seu trabalho. Diz esperar, não de nenhum poder divino, mas sim da Terra, a almejada Emancipação Humana.

«A minha saudação quente e efusiva» — diz ao terminar. (Aplausos demorados).

O delegado da Central Operária, M. Joaquim de Sousa, recebido com palmas e vivas ao organismo que representa declara que, à semelhança do que disse o prof. sr. Tomás da Fonseca, vai ser breve, porque o tempo é pouco e não quer cansar os ouvintes. Começa por, aproveitando o ensejo, informar os presentes de que a Comissão Inter-Federal, não desapareceu — e já mais desaparecerá — visto que, para tal acontecer, era necessário que tivessem desaparecido, anteriormente, as causas que determinaram a sua constituição. «Era necessário — diz — que, para desaparecer a Central Operária, desaparecesse primeiro a lei do salariado e o Estado. Existindo as causas económicas que lhes deram origem — terá ela que existir, sob qualquer aspecto».

Reatando o fio das suas primeiras considerações, refere-se à Organização Operária de Coimbra dizendo que é lamentável encontrar-se ali tão pouco representada em relação ao número de operários que na cidade de Coimbra existem. Vê ali, é certo, um certo número de camaradas e os estandartes sindicais. «Não basta, porém, — exclamou — que existam apenas os pendões; é preciso que a Organização volte a ter a força e o brilho de outras épocas. Faz referências ao tempo em que, na qualidade de

delegado da Central Operária, ali foi alentar a organização dos trabalhadores. A propósito diz que, na casa onde outrora esteve instalada a União dos Sindicatos Operários, existe agora um centro de exploração ignóbil onde os operários são forçados a trabalhar 10 horas. Tal facto representa uma afronta aos operários conimbricenses e um escárnio para todos. Afirma que a Comissão Inter-Federal não vale pelos indivíduos que estejam à sua frente, mas sim pela força da organização que a constitui. É necessário, portanto, dar força às células, para que a Central seja forte.

Derivando, diz que os trabalhadores têm o dever de se interessar pela sua organização, de procurarem defender o seu pão. Todos os que o não fazem são — para ele — mais burgueses que os próprios burgueses. «É preciso — declara — que cada trabalhador cultive a sua mentalidade para poder contribuir com a sua coíla-parte de esforço para o robustecimento da organização».

Depois de várias considerações mais judiciosamente feitas, termina por saudar, em nome da Comissão Inter-Federal, os trabalhadores de Coimbra e Porto, ali reunidos, e, nêles, os trabalhadores de todo o mundo. (Aplausos entusiásticos).

O representante dos Oficiais Barbeiros e Cabelleiros, em nome da sua classe, saudou os visitantes. O delegado da Câmara Sindical de Trabalho do Porto exorta os trabalhadores de Coimbra a pugnam pelos seus direitos e a levantarem, ao nível devido, a sua organização. Corroborando as palavras do professor Tomás da Fonseca, afirma que os operários devem conquistar, por si próprios, a sua Emancipação. Faz alusão à crise de trabalho — grave mal que precisa ser estudado e combatido — dizendo que, para isso, devem os trabalhadores organizar-se. Em nome dos trabalhadores do Porto — incluindo aqueles que não puderam acompanhar, senão em espírito, os excursionistas — saúda os trabalhadores de Coimbra. (Aplausos e vivas à Organização Operária).

Por último, o nosso camarada J. Augusto de Castro, pela *Vanguarda Operária* e em singelíssimas palavras, manifesta o seu agrado por ver presente uma razoável assistência e agradece sensibilizado a recepção feita.

Encerrada a sessão, novamente se erguem vivas calorosos à *Vanguarda Operária* e à *A Batalha*.

* * *

Terminada a sessão, os excursionistas espalharam-se pela cidade nas visitas de recreio e estudo, regressando ao Porto, sem se verificar o menor incidente desagradável — que tanto basta como dizer que todos foram satisfeitos com a jornada realizada.

A *Batalha* aproveitou o ensejo para cumprimentar o seu colega *Vanguarda Operária* pela sua feliz iniciativa, que, afinal viu coroada de melhor e mais feliz êxito.

EM OIRAS

Associação de Classe dos Empregados do Comércio e Indústria

Reuniram-se, numa das salas do Casino Conceição, em Algués, vinte e sete indivíduos todos empregados no comércio do Concelho de Oeiras. Presidiu à reunião o sr. António das Neves, presidente da Associação de Classe dos Caixeiros de Lisboa.

Nessa reunião foram discutidos e aprovados, por unanimidade, os estatutos da nova Associação, em organização, que constam de oito capítulos com 53 artigos, tendo ficado resolvido enviar às autoridades respectivas os estatutos para aprovação.

«A BATALHA»

é o jornal feito por trabalhadores e para trabalhadores,

que melhor informa os seus leitores, mais se preocupa com os PROBLEMAS DO TRABALHO e mais atenção dedica à EMANCIPAÇÃO INTEGRAL DOS TRABALHADORES.

A BATALHA

ASSOCIATION INTERNATIONALE DES
INTER-NATIONAL
WORKING MEN'S
ASSOCIATION
INTERNATIONAL
DE ARBEITER ASSOCIATION
ASSOCIAZIONE INTERNAZIONALE DEI LAVORATORI

CRÓNICA INTERNACIONAL

A ordem, a-pesar-de tudo, reina

Por toda a parte, no mundo, o sangue corre.

Mata-se, tortura-se, prende-se com o único fim de se apoderar ou guardar o poder, ou de continuar a manter as populações sob jugo.

Na China, a guerra entre ditadores continua a devastar o país. Não são os ditadores todavia que se batem, mas os seus soldados. E a população é vítima disso.

Nas Índias o governo trabalhista quer manter o seu poder a todo o custo. Prisões, condenações, cargas policiais, fusilaria.

Na Polónia, o ditador Pilsudski, socialista renegado, retomou o poder. E já as prisões se enchem, a polícia inventa *complots*, e se vai dissolver o parlamento.

Na Espanha, greves em Córdova e noutras cidades. A polícia faz fogo, mas não se sabe o número de vítimas.

No Peru, um camarilha derrubou o governo. As tropas ocupam a capital. Bateram-se, mataram-se em nome da nova ordem, semelhante à antiga.

Em Buenos Aires, grande movimento reacionário. O presidente da república treme pela pele. Cargas, tiros, prisões e fuzilamentos.

Em Cuba, descobrem-se *complots*, e proclama-se a lei marcial.

Na França, *gendarmes*, polícias, guardas, actuam na região do norte, como em terreno conquistado e aterrorizam a população.

Por toda a parte reina a ordem a tiros de metralhadora e de espingarda.

* * *

E enquanto tudo isso se passa pelo mundo em Génova, Briand sofre a desilusão, vê, esboroar-se o seu sonho duma federação europeia. O seu desejo de entendimento económico permanente, baseado num entendimento político, sofreu o seu golpe definitivo. O próprio Briand, ao falar da sua ideia, não teve as expressões de entusiasmo que em sessões anteriores o notabilizaram. O ambiente que rodeou a sua ideia, a hostilidade, mais ou menos mascarada, revelada nas respostas ao seu *memorandum* não podem tranquilizar o seu espírito de pacifista burguês.

Os dois pontos—base de discussão em Génova—distinguem-se pela maneira diferente de encarar um problema tão importante como é o europeu. A França e os seus partidários aludem, muito por cima, à necessidade do desarmamento, e desenvolvem, amplamente, a questão da colaboração europeia. A Inglaterra e os seus partidários sem deixarem de reconhecer as excelências da ideia de Briand, comprazem-se em assinalar que a primeira consequência da colaboração inter-europeia, terá que ser a redução dos armamentos.

Estas duas teses estão sendo alvo da atenção geral e para elas convergem os olhares dos ávidos de sensações, como para a arena dum circo, os olhares bestializados dum público viciado.

Em Génova são discutidos os mais importantes problemas sociais e políticos da actualidade. Que sabemos ainda ali não foi encontrada uma única solução satisfatória. Discutindo e resolvendo, em seu entender, o pacto da paz, esta continua, incessantemente, a ser alterada em toda a parte, como nolo sintetiza a nota que abre estas considerações. Tendo chegado a acordo sobre muitos aspectos da questão social esta tende a agravar-se em toda a parte, ainda mais rapidamente do que quando eles lhe não tocavam.

Quere isto dizer? O raciocínio de cada um responderá. O que é inegável é que se provou, nestes anos de actividade da S. D. N., que ela é incapaz de resolver problemas desta natureza. Eles exigem soluções mais radicais, fora, mesmo, da actividade dos estados. É um problema de consumo, de produção e de consciência social. E estes factores só podem encontrar-se naqueles sectores da sociedade, que desejam actuar fora do âmbito do Estado e esperam poder organizar a vida social sob novas bases.

Leia e propague

«A BATALHA»

VIDA OPERÁRIA

O pessoal da Sociedade de Construções e Reparações Navais, protesta

Os camaradas metalúrgicos, do ramo de reparações navais, gosam, já de há muitos anos, duma regalia que se chama «hora de bordo» que recebem quando se deslocam das oficinas. O pessoal que se encontra trabalhando nas «carreiras» a construir batelões, como tenham de suportar um calor abrasador, sem terem as necessárias condições de preservação e de segurança, reclamaram do mestre da caldeiraria o abono da hora de bordo. Mas como esse senhor tem desejos de ser mestre geral, sugeriu à Direcção da Sociedade, a ideia de supressão dessa regalia.

Quando a direcção mandou afixar avisos, comunicando ao pessoal a supressão da «hora de bordo», desde que a deslocação não fosse além de 300 metros no perímetro das oficinas, agravou-se o conflito entre o pessoal e aquela Sociedade.

O pessoal resolveu entregar o caso ao Sindicato Metalúrgico, que tem tratado do assunto.

Inicia-se o sindicato dos mobiliários a retomar a sua actividade

Já são passadas algumas semanas, desde que publiquei na «Vanguarda Operária» o primeiro apelo aos operários mobiliários. Bastante me custa confessá-lo, mas até à data, ainda não verifiquei um pouco de energia naqueles que, a todo o momento, estão sofrendo a exploração do patronato.

Parece, á primeira vista, que o operário-mobiliário vive o melhor possível. A par da crise na nossa indústria, ainda há operários que se submetem às exigências do patronato, trabalhando dez horas e mais. Esses camaradas não verificarão que, com isso, só beneficiam o patrão, em seu prejuízo e no daqueles camaradas que, por vezes, nem um dia fazem na semana?

Parece terem os mobiliários adormecido sobre os louros da vitória. O nosso sindicato nunca, como agora, viu tão diminuído o seu número de sindicados, para o que concorre a falta de militantes.

Quando chegará o dia em que os operários mobiliários se compenetrarão de que é tempo de ingressar no sindicato? Todos unidos, como um só homem, poderemos formar um baluarte forte onde lutaremos. Temos exemplos, na nossa indústria, de que só assim alguma coisa conseguiremos que leve à nossa emancipação.

Idêntico apelo se faz aos militantes que se encontram afastados. Venham para dentro do sindicato; ajudem os poucos camaradas que se encontram à frente dele, no levantamento da classe. O marasmo que se tem mantido, a continuar a desaparecer o nosso sindicato. Depois, a quem pedir responsabilidade? Aos poucos camaradas que se encontram à frente do sindicato? Não... Aqueles que o abandonaram? Sim.

Alberto Moniz e Silva
Sindicado n.º 75

A' classe dos litógrafos e anexos

Parece que sossobrou na luta. Chega a julgar-se que a classe logrou uma esplendida situação económica, que as suas reivindicações já não têm razão de existir. Contudo assim não sucede.

O nosso sindicato está abandonado, quasi que não tem vida, reduzido a uma minoria que lhe insufla alguma vida. A classe dorme não se apercebendo dos efeitos da crise que se vai fazendo sentir. Ela tem interesse em acompanhar e partilhar daquelas reivindicações que a restante organização operária ostenta como lábaro da sua luta emancipadora.

Existem transcendentais problemas que exigem ser debatidos, que a classe lhe dê a sua alma, a sua energia, que, enfim, uma nova vida se dê ao nosso sindicato.

Alvitava que se nomeassem delegados por oficina, ou camaradas de iniciativa se oferecessem, e procedessem à sindicalização dos refratários e agitassem a classe.

A emancipação dos trabalhadores será obra nossa; façamo-la pois sem esperar doutros o que a nós dá respeito.

Um litógrafo

VIDA SINDICAL

Inquérito à vida sindical de todo o país

A Organização Central do Operariado pensou na elaboração duma estatística, o mais completa possível, sobre a vida dos trabalhadores, nos seus mais importantes aspectos — vida sindical nos seus múltiplos pormenores, condições de trabalho de cada indústria ou profissão, condições económicas, etc.

Para conseguir os elementos indispensáveis, enviou a todos os Sindicatos do país uma circular-inquérito, à qual os mesmos organismos sindicais devem responder — alguns já responderam — o mais rapidamente possível.

Pelas respostas obtidas, podemos declarar que esse esforço não foi inútil. São em grande número as já em poder da Comissão Inter-Federal, devendo o trabalho agora em realização, logo que concluído, contribuir bastante para aclarar o ambiente sindical, permitindo trabalhos de propaganda e de organização, convenientemente orientados. Oportunamente a Comissão Inter-Federal tornará realidade esse seu desejo de hoje.

Os camaradas encarregados de coligir esses elementos, encontraram, nalgumas das respostas, insuficiências e imperfeições. Pensando na maneira de remediar esse inconveniente, resolveram aclará-las por intermédio de A Batalha, comunicando, aos interessados, os pontos que merecerem reparo.

Convidam-se os Sindicatos que ainda não responderam, a fazê-lo o mais rapidamente possível, concorrendo, dessa maneira, para não demorar as conclusões do inquérito.

Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa. — Reuniu a Comissão Administrativa, apreciando expediente de alguns Sindicatos, onde vinham respostas às últimas circulares desta Câmara. Resolveu oficiar ao Sindicato dos Corticeiros, sobre uma sessão a realizar naquela classe e sobre outros assuntos. Apreciando algumas das respostas às circulares, encontrou-se bastante matéria de interesse. Foi resolvido convocar uma reunião especial para estudar o conteúdo dessas respostas e elaborar um estudo conciso que sirva de base a reclamações a formular.

Iniciou-se a redacção do 2.º número do *Boletim Sindical*, debatendo-se a matéria do artigo principal, sendo deliberado incitar os Sindicatos a utilizarem-se da secção «Vida Sindical» de A Batalha.

Foi ainda apreciada uma nota da Comissão Inter-Sindical, publicada nos jornais burgueses, sobre os «placards» que esta Câmara afixou pela cidade. Achou essas notas interessantes pela dualidade de critérios. Reconhecem, agora, ter a Câmara pontos de vista proletários. Tem, ainda, como interessante a afirmação que acusa esta Câmara não ter desempregados, quando é verdade estarem nela as classes mais atingidas, com o que não se felicita. Seria preferível não haver desocupados.

Foram, ainda, observados outros casos de menor importância.

Federação Portuguesa dos Trabalhadores do Livro, do Jornal e Similares. — O Secretariado reuniu no passado dia 9, tendo apreciado o expediente dos Sindicatos dos Compositores, Profissionais de Imprensa e Conselho Inter-Federal sobre o assunto «descanso dominical nos jornais diários». Resolveu convocar as direcções dos Sindicatos dos Encadernadores e Litógrafos, a fim de levantar as respectivas classes. Resolveu assinar A Batalha e iniciou trabalhos para a saída de O Gráfico.

Sindicato Mobiliário. — A Comissão Administrativa reuniu às quartas e sextas-feiras, às 19 horas, na sua sede.

Os camaradas que desejem tratar quais-

quer assuntos podem procurar, nesses dias, a Comissão Administrativa.

Federação dos Operários da Indústria do C. C. e Peles. — Reuniu a Comissão Administração, tendo tomado conhecimento e deliberado sobre correspondência dos organismos: Manufactores de Grândola, Sindicato de Braga, Delegação Confederal do Norte e Sindicato do Porto. Este último comunica a preparação de propaganda e de trabalhos tendentes a conseguir a centralização da Indústria. O assunto foi, largamente, apreciado, deliberando-se que a Federação envie uma nova circular aos organismos da Indústria, tratando deste e de outros assuntos de interesse.

Associação de Classe dos Pintores de Construção Naval e Anexos. — Reuniu a Comissão Administrativa, deliberando assinar o grande órgão dos operários, A Batalha. Tratou de vários assuntos de interesse para a classe, em especial da baixa de salário na Campanha Colonial de Navegação, provocada pelo actual encarecimento geral Antonio Torcato, ex-encarregado da Companhia Nacional de Navegação-despedido, há pouco, pelo seu incorrecto proceder para com os pintores e Directores.

Convocações

Sindicato dos Operários Manufactores de Calçado de Lisboa. — Na próxima quarta-feira, 24 do corrente, reúne este Sindicato, em assembleia geral, para tomar conhecimento e deliberar sobre um relatório acerca de acusações formuladas a um componente da Classe, e resolver sobre uma proposta pendente de uma das assembleias anteriores. Dada a importância e gravidade dos assuntos a tratar, o Sindicato exorta toda a classe associada a comparecer na referida assembleia.

Sindicato Único dos Operários da Construção Civil de Lisboa. — **Secção Profissional de Pintores.** — Na segunda-feira, 22 do corrente, reúne esta secção em sessão magna, a fim de ser dado conhecimento à classe dos trabalhos no sentido de reclamar-se dos mestres e empregados a fixação dum salário mínimo como base para a uniformidade de salários. A sessão terá lugar, pelas 21 horas, na sede provisória do Sindicato, Travessa da Agua da Flôr, 19, 1.º. Para o efeito fará esta Secção distribuir profusamente pela Classe um elucidativo manifesto.

Secção Profissional de Carpinteiros. — Na próxima terça-feira, 23 do corrente e pelas 21 horas, na Travessa da Agua da Flôr, 16, 1.º, reúnem, em sessão magna, os componentes da Classe dos Carpinteiros, com o fim de apreciarem os trabalhos realizados por esta secção, no sentido de reclamar-se dos industriais, construtores civis e mestres de obras a fixação dum salário mínimo, com o fim de pôr-se termo à disparidade de salários que presentemente, mais do que nunca, se observa de obra para obra e de oficina para oficina. Ocupar-se há também a sessão magna da importante questão do horário de trabalho. E' de esperar que a classe compareça no seu máximo número, tanto mais que para o efeito vai por esta Secção ser distribuído, em grande quantidade, um desenvolvido manifesto.

Secção Profissional de Serventes de Pedreiro e Estucador. — Esta Secção, acompanhando a acção que as restantes secções profissionais do Sindicato Único da Construção Civil estão desenvolvendo no sentido da conquista dum salário mínimo, tem-se ocupado do assunto, e assim resolveu realizar na próxima quarta-feira, 24 do corrente, uma sessão magna da numerosa classe dos serventes da construção civil, onde este importante problema será discutido em face de documentos que a Secção já tem elaborado.

Sendo a classe dos serventes uma das que, mercê da invasão de que é vítima, a mais escravizada pelo patronato, é de esperar que a classe acorrerá em massa a esta importante reunião que se efectua, pelas 21 horas, na sede da Travessa da Agua da Flôr, 16, 1.º.

Nesta sessão ficará estabelecida a importância do salário mínimo a reclamar-se às entidades que exploram a indústria da construção civil. Vai ser distribuído aos componentes da classe um elucidativo manifesto.